



Recebido: 06/03/2013
Aprovado: 07/03/2013
Publicado: 10/03/2013

É possível um chavismo sem Chávez? Um balanço histórico da revolução bolivariana e do futuro político venezuelano

Rafael Araujo^I

Hugo Chávez inaugurou um período de transformações sociais na Venezuela. A mobilização popular derivada do seu falecimento demonstrou a sua popularidade e a possibilidade de continuidade do chavismo nos próximos anos na Venezuela. Analisaremos neste artigo o contexto histórico da Venezuela nos últimos 25 anos, buscando explicar as razões para o chavismo, as mudanças sociais na Venezuela e as perspectivas desse fenômeno sem Chávez.

Palavras-chaves: Chavismo, Hugo Chávez, Venezuela.

Can a chavismo without Chávez? A balance history of the Bolivarian revolution and the political future of Venezuela

Hugo Chávez inaugurated a social period of change in Venezuela. Popular mobilization derived his death proved its popularity and the possibility of continuing in the coming years chavism in Venezuela. We will review in this article the historical context of Venezuela in the past 25 years, seeking to explain the reasons for chavism, social changes in Venezuela and the prospects of this phenomenon without Chavez.

Key-Words: Chavism, Hugo Chávez, Venezuela.

A conjuntura política venezuelana entre 1989 e 1998

A queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução da União Soviética em 1991 concretizaram a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria (1947-1991). Naquele momento, circularam no meio acadêmico uma série de trabalhos, cujo maior expoente foi o “Fim da História e o último homem” de Francis Fukuyama^{II}, que afirmava que o mundo seria eternamente marcado pelo capitalismo liberal e pela democracia representativa. Entrávamos em uma Nova Ordem Mundial, onde a supremacia dos Estados Unidos e a expansão dos seus valores foram vistas como incontestáveis.

No entanto, contrariando as teses de Fukuyama, a Venezuela contestou o fim da história. Entre 1989-1992 o país caribenho presenciou um conjunto de mobilizações populares contra a democracia representativa e o neoliberalismo que mais tarde se fizeram presentes em outras nações sul-americanas, sobretudo, Bolívia e Equador.

O ciclo de lutas foi iniciado com o *Caracazo* ou *Sacudón*, ocorrido entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 1989. Neste momento, as ruas de Caracas e outras cidades presenciaram, principalmente, mobilizações de jovens universitários e trabalhadores contra a implantação das medidas neoliberais indicadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no início do segundo governo de Carlos Andrés Péres (1989-1993).



Recebido: 06/03/2013
Aprovado: 07/03/2013
Publicado: 10/03/2013

Esse movimento também expressou a insatisfação com a democracia representativa venezuelana, marcada, ao longo da segunda metade do século XX, pela alternância dos partidos Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Independente (Copei) no poder. O controle dessas duas agremiações da presidência venezuelana se iniciou em 1959, como o início do Pacto de Punto Fijo.

Com esse pacto, a AD e o Copei se revezaram no poder, numa alternância que mudou apenas os chefes de governo, pois ocorria a manutenção das diretrizes políticas e macroeconômicas. Com isso, as eleições no país ganharam contornos plebiscitários, uma vez que os cidadãos eram consultados para referendarem ou não uma das agremiações.

O desmantelamento de *Punto Fijo* teve início com *Caracazo*. As ações populares demonstraram a contrariedade de parcela dos venezuelanos com o bipartidarismo e os rumos socioeconômicos do país. A marginalização social (os índices de pobreza em 1990 giravam em torno dos 55,1% da população) contraposta com abastados beneficiados pelas rendas petrolíferas, possibilitaram as explosões populares espontâneas, que contestaram o *puntofujismo* e o neoliberalismo^{III}.

A insatisfação popular com o governo Pérez entre 1989-1991 levou Chávez e seus aliados a desencadear um golpe de Estado em 4 de fevereiro de 1992, por meio da operação denominada de Ezequiel Zamora. As batalhas ocorreram em Caracas, Maracaibo (capital do Estado de Zulia), Valencia e Maracay, cidade fundamental pelas suas instalações militares. Três objetivos foram traçados pelos conspiradores para que a sublevação fosse exitosa: tomada do Palácio Miraflores, da residência oficial da presidência La Casona e a base aérea Francisco de Miranda em Caracas^{IV}.

Peres reagiu com intensidade ao erguimento militar. O levante foi derrotado 12 horas após o seu início. Embates ocorreram nas regiões ocupadas pelos levantados, que não conseguiram sobrepujar a superioridade numérica dos defensores do governo. A aliança dos militares com os civis não foi exitosa, pois suas principais entidades conspirativas, como *La Causa R*, discordaram da realização da rebelião naquele momento em virtude de sua incipiente ligação com a população.

Apesar da derrota militar, os levantados tiveram a sensação de vitória política. Hugo Chávez assumiu a responsabilidade pela preparação da rebelião e explicou para a população suas razões^V. Ele e seus apoiadores foram identificados pelos que negavam o bipartidarismo e os rumos socioeconômicos como uma alternativa política.

O *por ahora* (por enquanto) proferido por Chávez no discurso demonstrou que a luta pelo novo na política venezuelana não terminaria com a sua prisão. O tenente-coronel concentrou em si as expectativas e os anseios dos venezuelanos em relação às transformações das instituições democráticas. Num país onde a esquerda encontrava-se fragmentada e possuía frágil influência no movimento social, ele centralizou em sua figura a insatisfação e a luta contra o *status quo*.



Recebido: 06/03/2013

Aprovado: 07/03/2013

Publicado: 10/03/2013

Duas consequências políticas estiveram ligadas ao *Caracazo* e ao levante militar de 1992: a fragmentação do bipartidarismo, com multipartidarismo ascendendo na cena política venezuelana, e o alto abstencionismo nos pleitos eleitorais, expressando um forte sentimento de antipolítica. Em 1993 e 1998, respectivamente 40% e 36% dos eleitores deixaram de votar^{VI}.

Em 1993, o governo Peres estava politicamente isolado devido às denúncias de corrupção e pela não solução dos problemas sociais do país. Após um processo de *impeachment* o então mandatário foi sucedido por Rafael Caldera, ex-presidente do país entre 1969-1974, que no momento da crise do bipartidarismo se descolou do Copei e veio candidato ao governo por uma união de pequenos partidos.

Rafael Caldera governou a Venezuela entre 1994 e 1999. No entanto, ele não conseguiu diminuir a crise social socioeconômica (em 1996 o índice de pobreza chegou a 75,5% da população, sendo que aproximadamente 40% se encontrava na extrema pobreza).^{VII} A inóipia acentuou o desencanto com a democracia representativa, impulsionando Hugo Chávez à presidência ao final de 1998 com 56% dos votos.

A Venezuela entre 1999-2009

Chávez foi eleito pela frente eleitoral polo patriótico, que reuniu um conjunto de agremiações políticas, tais como: MVR (Movimento Quinta República), partido de Chávez criado em 1997, parte do MAS (Movimento ao Socialismo), PPT (Pátria Para Todos), setores do *La Causa R*, o Movimento Eleitoral do Povo (MEP), o Pela Democracia Social (Podemos) e o PC (Partido Comunista). Três elementos interligaram essas distintas tradições políticas em torno de Chávez: a “refundação da Venezuela” (a partir da realização de uma assembleia constituinte), a oposição ao neoliberalismo e o combate à pobreza.

Os 14 anos de chavismo se fundamentaram na presença de executivo forte e centralizador. Não houve decisão política ou econômica realizada no país sem a anuência de Hugo Chávez. Sua gestão também foi marcada por forte intervenção estatal na economia. Ao longo de sua presidência ocorreram nacionalizações de cinco companhias siderúrgicas, empresas de comunicação e eletricidade, da faixa petrolífera do Orinoco (maior reserva de petróleo da Venezuela), cimenteiras, bancos (como o Banco da Venezuela pertencente ao espanhol Banco Santander), redes de supermercado e a indústria petroleira.

O executivo também organizou a participação popular via *misiones sociales* (principal projeto social do governo com atuação nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia, etc.)^{VIII}, conselhos comunitários^{IX} e apoio intenso à atuação dos chavistas nos sindicatos e entidades estudantis. Com isso, a organização popular catapultou-se vinculada ao executivo nacional, quebrando sua independência e fortalecendo o apoio ao chavismo nas batalhas políticas.

Dados fornecidos por instituições internacionais e pelo governo apontaram para a melhoria dos padrões de vida da população após a chegada de Chávez à presidência. O apoio ao

Recebido: 06/03/2013

Aprovado: 07/03/2013

Publicado: 10/03/2013

chavismo não adveio, apenas, do seu carisma e grande capacidade de oratória, mas da constatação pelos venezuelanos das melhorias socioeconômicas do país. Neste sentido, o espontaneísmo de 1989 deu lugar à conscientização política. Independente do poder de atração do discurso *bolivarianista revolucionário* não há como desconsiderar as melhorias sociais conquistadas pela população a partir de 1999.

Como demonstram as tabelas abaixo, entre 1999-2010 o IDH da Venezuela subiu, o desemprego caiu para praticamente a metade e houve um substantivo combate à pobreza. A isso se juntou o acesso às missões sociais, a instalação nas proximidades das grandes favelas da rede de supermercado estatal Mercal, que vende alimentos subsidiados pelo governo, e a elevação do salário mínimo do país. Por isso, o chavismo conseguiu conquistar e consolidar o apoio da população.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), níveis de pobreza, desemprego e variação do PIB na Venezuela (1999-2010)^x

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Venezuela														
Pobreza	42,0	40,4	39,0	48,6	55,1	47,0	37,9	30,6	28,5	27,5	26,7	26,9	26,5	----
Extrema Pobreza	20,1	18,0	16,9	25,0	29,8	22,5	17,8	11,1	9,6	9,2	7,2	6,9	7,0	----
Variação do PIB	-----	3,7	3,4	-8,9	-9,4	18,3	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5	4,2	5,3
Desemprego	15,0	13,9	13,3	15,8	18,0	15,3	12,4	10,0	8,4	7,3	7,8	8,6	7,8*	8,7*
IDH	0,799	0,790	0,792	0,794	0,796	0,799	0,803	0,806	0,809	0,812	0,815	0,818	--	--

Os dados acima demonstram que a Venezuela passou por um processo de transformação social com Chávez. O alcance desses índices foi potencializado pelo aumento do preço internacional do petróleo entre 2003 e 2008 e pela disponibilização de parte da renda petroleira para impulsionar os programas sociais do governo.

Em 2000, após a realização da Constituinte, Chávez foi eleito presidente da Venezuela para um mandato de seis anos. A luta política entrou num novo ciclo, que foi do final de 2001 até agosto de 2004. A oposição ao bolivarianismo chavista perpetró uma série de ações que contribuíram para a instabilidade política e econômica da Venezuela^{xI}.

A confrontação com o chavismo foi detonada em dezembro de 2001. Nesse ano, o governo, apoiado por um dispositivo constitucional, anunciou 49 Leis Habilitantes (espécie de medidas provisórias no Brasil) com o intuito de transformar as estruturas econômicas venezuelanas. Dentre as leis promulgadas, três afetaram os interesses dos grupos econômicos locais e setores estrangeiros aliados. Foram as Leis de Pesca, Terras e dos Hidrocarbonetos^{xII}.

A Lei de Pesca buscou a preservação da atividade artesanal, em detrimento da industrial. Aquela foi prioridade em virtude da grande quantidade de trabalhadores empregados e pelo seu baixo impacto ambiental. A faixa marítima para a pesca artesanal foi ampliada de 3 para 6



Recebido: 06/03/2013

Aprovado: 07/03/2013

Publicado: 10/03/2013

milhas e foram normatizadas dimensões para as embarcações, que deveriam ser submetidas ao criado Instituto Nacional de Pesca e Aquicultura.

A Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, ao longo dos seus 281 pontos, criou diretrizes que abrangeram a propriedade agrícola e sua produtividade. A ociosidade da terra, o direito dos proprietários e a possibilidade de realização da reforma agrária foram temas debatidos nessa lei. O Instituto Nacional de Terras (INT) ficou responsável pela fiscalização do uso da terra, tendo a tarefa de identificar propriedades improdutivas e ilegais para serem disponibilizadas ao programa de reforma agrária.

A Lei dos Hidrocarbonetos almejou o fortalecimento do controle estatal sobre a atividade petrolífera, revertendo a privatização da PDVSA desenvolvida nos governos de Pérez e Caldera. Essa lei elevou os *royalties* recebidos pelos cofres públicos para as atividades de produção dos hidrocarbonetos pelo setor privado e abriu a possibilidade de reversão das privatizações^{XIII}.

A implantação dessas leis exacerbou a oposição ao chavismo. Sob a alegação de que elas representavam uma excessiva participação estatal na economia e o fim de direitos adquiridos, foi criada a *Coordinación Democrática de Acción Cívica*, mais conhecida como *Coordinación Democrática* (CD). Essa entidade contou com os seguintes participantes: Federação de Câmaras, Associações de Comércio e de Produção da Venezuela (Fedecâmaras), tecnocratas das PDVSA, a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), funcionários públicos, organizações sociais da sociedade civil, cúpula das Forças Armadas, meios privados de comunicação, AD e Copei. A CD contou com o auxílio financeiro dos Estados Unidos, *National Endowment for Democracy* (NED)^{XIV}.

Após meses de articulações e movimentações políticas, a CD iniciou em abril de 2002 sua ofensiva contra o chavismo. Para desestabilizar o governo, nos dias 8 e 9 de abril, foi convocada uma paralisação de 48 horas das empresas públicas e privadas, comércio, Universidades, etc. A meta era exigir a renúncia de Chávez. A intensa mobilização dos *esquálidos*, termo utilizado pelos chavistas para denominar pejorativamente a oposição, fez com que os dirigentes do protesto convocassem os mobilizados para uma nova ação no dia 11 de abril.

Nesse dia, os opositores realizaram uma nova greve e mais uma marcha, que se direcionou para a sede da PDVSA em Caracas. Devido à grandiosidade das manifestações, seus líderes a levaram para as proximidades do palácio Miraflores, onde chavistas se encontravam reunidos em apoio ao presidente. Os embates entre os dois grupos intensificaram os discursos favoráveis à renúncia de Chávez nos meios de comunicação e nos círculos militares^{XV}.

Durante os conflitos, os meios de comunicação apontaram Pedro Carmona, então presidente da Fedecâmaras, como responsável pela transição política caso o presidente renunciasse. Dez generais liderados por Vasquez Velasco, ex-comandante do exército venezuelano e da Guarda Nacional, exigiram a renúncia do presidente. Para impedir confrontos nas proximidades do Palácio Miraflores entre chavistas e opositores, Chávez se entregou aos oficiais golpistas.



Recebido: 06/03/2013
Aprovado: 07/03/2013
Publicado: 10/03/2013

A reação das parcelas da população apoiadoras do chavismo foi imediata. As favelas *caraqueñas* se organizaram de forma espontânea, sem a direção de partidos ou movimentos sociais, para exigirem nas ruas o retorno de Hugo Chávez à presidência. Menos de 48 horas depois de sua prisão, o Comandante do bolivarianismo retornou para a sede oficial do governo, o Palácio Miraflores.

Chávez não se aproveitou dessa vitória política para desenvolver uma perseguição aos opositores. Os tons dos discursos apontaram para a conciliação política e para o respeito à institucionalidade. Algumas medidas foram adotadas pelo governo: reorganização das Forças Armadas, abertura de espaços políticos para opositores, aproximação com setores econômicos golpistas e conciliação com gerentes petroleiros que atuaram ao lado da oposição nos dias dos distúrbios.

Apesar da tentativa de composição com os adversários, a estabilidade e os acordos com os não chavistas foram insuficientes para acalmar o país. Novas ações foram desencadeadas pelos antichavistas em dezembro de 2002 e início de 2003, no episódio conhecido por *paro* petroleiro^{XVI}.

A paralisação da produção petroleira e industrial representou mais uma tentativa de desgastar o governo. Como o golpe de estado de abril foi infrutífero, os opositores tentaram estrangular o bolivarianismo pelo sustentador da sua economia: o petróleo. Ao estancar a produção dos hidrocarbonetos, a elite e seus aliados almejavam tornar insustentável a perpetuação de Chávez no poder^{XVII}.

No entanto, o objetivo opositor não foi alcançado. A população ficou ao lado de Chávez, mesmo com a deterioração das contas públicas, desemprego, aumento da marginalização social e falta de crescimento econômico, como comprovam os gráficos anteriores.

Na luta hegemônica no interior da Venezuela, mais uma vez, o chavismo saiu fortalecido, pois usou o *paro* petroleiro para afastar a direção da PDVSA, atrelando-a ao chavismo, e para realizar a nacionalização do petróleo. Os setores chavistas das Forças Armadas permaneceram coesos nesse processo. Protegeram a indústria petroleira e a soberania venezuelana frente às ameaças da oposição. A CD e os demais setores organizadores do *paro* acreditaram que suas ações levariam a uma nova fissura entre os militares. Não foi isso o que ocorreu. O caos econômico derivado dessa ação desembocou numa resposta institucional de defesa dos interesses nacionais e, conseqüentemente, de Chávez^{XVIII}.

Os acontecimentos de abril e dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 polarizaram a sociedade venezuelana entre chavistas e não chavistas. Com a vitória de Chávez no referendo revogatório de mandato em agosto de 2004 com 59%^{XIX}, o governo encontrou condições para intensificar a revolução bolivariana.

Os anos de 2005 e 2006 foram de consolidação do chavismo. A oposição não participou da eleição para a assembleia constituinte, argumentou a possibilidade de fraude no pleito. Com



Recebido: 06/03/2013
Aprovado: 07/03/2013
Publicado: 10/03/2013

isso, o chavismo angariou praticamente todas as vagas do parlamento (dos 167 deputados, apenas dois estavam fora da coalização de apoio ao chavismo). Em 2006 Chávez foi reeleito, derrotando Manuel Rosales, com 62,84% dos votos, maior porcentagem conquistada pelo bolivarianismo venezuelano.

Em 2007 a popular emissora Rede Caracas de Televisão (RCTV) não teve sua licença renovada. Essa medida elevou as acusações de autoritarismo sobre o chavismo. Em dezembro desse ano o governo sofreu sua primeira derrota eleitoral, em virtude da rejeição popular à proposta de reforma constitucional.

O projeto de reforma constitucional dividiu a Venezuela. O apoio popular a Chávez entre 2002 e 2006 fez com que o chavismo buscasse radicalizar o processo revolucionário, por meio da reforma constitucional. O governo acreditou que a liderança do presidente e a utilização da polarização entre “quem está a favor ou contra Chávez” seriam suficientes para o êxito governista.

O projeto com alterações da Carta Magna não foi elaborado pela população, o que se contrapôs ao discurso de participação popular defendido pelo chavismo. Ele foi cunhado pelo presidente, colaboradores próximos e legislativo. Não se repetiu o ocorrido em 1999, quando a mudança da Constituição refletiu os anseios da população durante a 2ª metade da década 1990, como debatermos no próximo capítulo^{XX}.

Destacamos os seguintes artigos da proposta de reforma constitucional^{XXI}:

- O artigo 16 tratava da divisão política e territorial do país. Objetivava o incentivo à autogestão e participação cidadã, com a instituição da “cidade comunal”. Previa também a criação de novos Estados pelo executivo;
- O artigo 67 abrangia a exclusividade do financiamento estatal para campanhas eleitorais, proibindo a doação por parte de empresas públicas ou privadas;
- Os artigos 87 e 90 tratavam sobre o mercado de trabalho. O primeiro visava a institucionalização de garantias trabalhistas aos autônomos, através da criação do *Fondo de estabilidad social para trabajadores y trabajadoras por cuenta propia*. Com isso, seriam assegurados aos venezuelanos férias, aposentadoria, direito à licença por doença, entre outros. O segundo propôs a redução da jornada de trabalho para 6h diárias e o limite de 36h semanais, bem como dificultava a realização de horas extras. Com essas medidas, o governo almejava a geração de aproximadamente 120.000 novos empregos;
- Os artigos 112, 113 e 115 abordaram a implantação de medidas que iriam interferir diretamente nos rumos econômicos venezuelanos. O monopólio privada ficaria proibido. Foi prevista a exclusividade da exploração dos recursos naturais por parte do Estado ou por empresas por ele designadas, como exemplos, a mista ou unidades de produção socialista. Pressupunha também o reconhecimento de diversos tipos de propriedade, tais como: pública, social, direta e indireta, comunal, coletiva, cidadã, mista e privada;



Recebido: 06/03/2013
Aprovado: 07/03/2013
Publicado: 10/03/2013

- O artigo 184 previa, em esfera municipal, a construção de espaços efetivos de participação popular, com a transferência para conselhos comunitários e associações de moradores da gestão de recursos financeiros e da determinação dos serviços prioritários a serem atendidos pelo orçamento municipal. Igualmente, abordava a gestão comunitária de empresas que não atendessem de forma qualitativa as principais e mais urgentes demandas populares;
- O artigo 307 abordava a proibição do latifúndio improdutivo;
- Os artigos 318, 320 e 321 regiam sobre o fim da autonomia do Banco Central e da sua submissão ao executivo, com as reservas internacionais ficando disponibilizadas para investimentos governamentais nas esferas sociais e produtivas;
- O inciso 328 disciplinava sobre as Forças Armadas. Elas foram ratificadas enquanto principais defensoras da revolução bolivariana e propulsoras da soberania nacional, da luta anti-imperialista e da guerra popular de resistência;
- O item mais polêmico do projeto foi o 230. Ele regulamentava a possibilidade de reeleição indefinida de qualquer cargo eletivo, não apenas o de presidente, e o aumento do mandato presidencial de 6 para 7 anos;

A primeira derrota eleitoral de Chávez se deveu aos seguintes fatores: 1 - repúdio da população à perpetuação da burocratização e corrupção nas esferas do poder, o que se contradiz ao discurso de uma moralidade revolucionária e construção do novo socialismo; 2 - o deslocamento para a oposição de figuras moderadas do chavismo, como o ex-Ministro da Defesa Raul Baduel, figura importante do chavismo desde 1992; 3 - a falta de diálogo entre o governo e população para a preparação da proposta de reforma constitucional; 5- alta inflação e ausência de um plano nacional de habitação e 5 - as ações do movimento estudantil.

A derrota no referendo constitucional fez com que Chávez lançasse os “três R”, visando a *revisión, rectificación y reimpulso* do processo revolucionário. Com essa proposição, o governo almejou solucionar os problemas que derivaram na sua derrota no referendo e impulsionar a revolução, evitando novas derrotas eleitorais^{XXII}.

Essa derrota fez com que Chávez adotasse um discurso menos radical, objetivando atrair novamente setores da classe média para a base social do chavismo. Isso foi expresso na reativação do Pólo Patriótico, que havia sido desestruturado pelo com o início da construção do PSUV. Esses elementos podem ser constatados nas palavras de Chávez:

(...) Vamos retomar o Polo Patriótico. As alianças com PPT, Partido Comunista, agremiações regionais e organizações sociais (...). Receberemos de braços abertos todos os setores nacionalistas e patrióticos, não apenas aos que usam a “camisa vermelha” do PSUV. Isso é um aspecto que devemos revisar, para realizar a batalha contra o sectarismo e extremismo de alguns grupos que “querem ser mais papistas que o Papa”. Não podemos deixar que a classe média siga a contrarrevolução.^{XXIII}

As mudanças na dinâmica interna do chavismo com os “3 R” impulsionaram o êxito nas eleições regionais de 2008, com a conquista de 80% das prefeituras e 17 dos 23 governos



Recebido: 06/03/2013

Aprovado: 07/03/2013

Publicado: 10/03/2013

estaduais. Em fevereiro de 2009, o governo conseguiu aprovar a proposta de reeleição indefinida para os cargos eletivos. Com isso, Chávez pôde concorrer a mais um mandato na eleição presidencial de 2012.

As eleições de 2010 e 2012: mais uma expressão do cenário político venezuelano

A eleição para a Assembleia Legislativa em 2010 dividiu a Venezuela. Para governo e oposição, o 26S (denominação para o pleito parlamentar ocorrido em 26 de setembro) significava a visualização do apoio popular aos projetos de poder encarnados por ambos os polos, entreando as eleições presidenciais de 2012.

O pleito foi marcado pela disputa entre três polos: o oficialista Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), a Mesa da Unidade Democrática (MUD), conglomerando de 18 partidos de oposição, e o Partido Pátria para Todos (PPT), representando um setor independente.

Governo e oposição tiveram como meta os 2/3 da Assembleia Legislativa. Para o chavismo, essa conquista permitiria a indicação para cargos públicos e mudanças substanciais na Constituição sem consultar a oposição. Por outro lado, os opositores desejavam consertar um erro fundamental: o abandono do parlamento. O retorno ao legislativo significou um novo patamar político para a oposição. Novamente, ela teria capacidade de interferência em assuntos de relevância nacional e a “máscara” golpista, intensamente propagada pelo chavismo, poderia ser retirada.

O processo eleitoral demonstrou um elemento importante: chavismo e oposição mantiveram a média de votos (o primeiro entre 52-59% e o último entre 37-45%) presentes desde 2000, exceção feita ao referendo constitucional de 2007. Há uma hegemonia chavista na política venezuelana, mas não um domínio total.

O aparente domínio excessivo de Chávez foi criado pela oposição por sua opção golpista (num país de tradição democrática) e abandono da disputa eleitoral em 2005. Ao adotar uma postura golpista e abandonar o parlamento, a oposição possibilitou o fortalecimento do chavismo.

A partir de 2008, quando abandonou a conspiração e voltou a valorizar a disputa eleitoral, presenciamos um apoio à oposição de mais de 1/3 dos venezuelanos. A tabela abaixo demonstra que os índices de votação no governo e na oposição se mantiveram praticamente os mesmos desde 2000.

Porcentagem de votos no chavismo, oposição e abstenção eleitoral (2000-2012) nas principais consultas eleitorais venezuelanas.

Fonte: http://www.cne.gov.ve/web/estadisticas/index_resultados_elecciones.php Acesso: Nov/2012

Ano	Tipo de Eleição	Chavismo	Oposição	Abstenção
2000	Presidencial	59,7	40,2	43,6
2004	Referendo Revogatório	59,1	40,9	30,08
2006	Presidencial	62,8	37,2	25,3



Recebido: 06/03/2013

Aprovado: 07/03/2013

Publicado: 10/03/2013

2007	Referendo Constituc	49,3	50,7	37
2008	Regionais	57	43	35
2009	Referendo Constituc	54,8	45,1	36
2010	Parlamentar	58	37	33,55
2012	Presidencial	55	44	20

Em outubro de 2012 Chávez foi reeleito presidente. A luta contra o câncer e o receio dos venezuelanos em perderem os programas sociais do governo impulsionaram o seu êxito. Esses, no entanto, não foram os únicos motivos. O país vive um processo de transformação, materializado em conquistas políticas (analisadas no próximo capítulo) e sociais para a população, o que elevou a consciência revolucionária, sobretudo dos grupos sociais mais empobrecidos, que compõem a base de sustentação do chavismo.

Acreditamos que a conquista de melhores condições de vida pelos venezuelanos se deveu às missões sociais. Elas foram criadas após a crise política vivida pelo país entre abril de 2002 e o início de 2003. Com elas, o governo descentralizou as políticas sociais das estruturas estatais, fazendo com que as comunidades assumissem um papel protagonista na sua execução. Segundo as diretrizes do governo venezuelano:

As missões sociais foram criadas pelo presidente Hugo Chávez em 2003, com o objetivo de aprofundar a *revolução bolivariana* e consolidar a democracia participativa. Essas políticas revolucionárias significaram um esforço do governo para pagar a dívida social do país (...) seu propósito principal consiste no enfrentamento das causas e consequências da pobreza com a participação protagonista do povo (...).^{XXIV}

Chávez, ao chegar ao governo, se deparou com um aparato de Estado colapsado e ineficiente, devido à corrupção e às consequências políticas e sociais do neoliberalismo (...). Uma das mudanças mais significativas consistiu na criação das missões sociais bolivarianas (...). Essa política revolucionária se orientou no intuito de saldar a enorme dívida social do país, após décadas de exclusão social. Construir o Estado revolucionário se tornou fundamental (...). As missões foram criadas no marco da crise econômica produzida pelo *paro empresarial*. Seu início se deveu ao resgate dos recursos petrolíferos, assim como o compromisso da população excluída de assumir a liderança da transformação das suas vidas e da sociedade venezuelana. Trata-se de um modelo revolucionário de políticas públicas, que conjuga a ação estatal com a participação direta das comunidades na gestão de projetos sociais. Sua execução é possível graças a presença do Estado nos lugares mais afastados, por meio da participação direta das comunidades (...).^{XXV}

As missões consistem em políticas estratégicas criadas pelo chavismo para atender demandas econômicas, culturais, educacionais, de saúde, etc., da população mais carente do país. Há 35 missões em funcionamento^{XXVI}. Seus projetos são financiados com recursos da PDVSA, confirmando a proposição do chavismo de reverter a renda petrolífera, elevada com as nacionalizações, na transformação da estrutura econômica e distribuição de renda.

Elas expressam o exercício da democracia participativa e ressaltam a importância dos *consejos comunales* (analisados no capítulo 3), pois o financiamento público aos programas socioeconômicos ocorre com a participação de cada comunidade organizada. Com elas, o



Recebido: 06/03/2013

Aprovado: 07/03/2013

Publicado: 10/03/2013

chavismo almeja “a revolução social, a revolução institucional e a revolução do conhecimento”^{XXVII}.

Desde a criação do Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (Fondespa) em 2004, foram disponibilizados, aproximadamente, US\$ 30 bilhões para projetos de infraestrutura, atividades produtivas e programas sociais.^{XXVIII} Desse total, em torno de 1/3 foi distribuído para missões na área social, contribuindo para que a Venezuela tivesse o reconhecimento do atendimento de pontos das Metas do Milênio, como redução da pobreza.^{XXIX}

A Venezuela pós Chávez

O falecimento de Hugo Chávez inaugurou um período de dúvidas na Venezuela e, principalmente, nos seus vizinhos sul-americanos sobre a continuidade do chavismo. A pergunta central residiu na seguinte questão: é possível um chavismo sem Chávez? Cremos que a ampla mobilização popular durante o seu velório, mais de dois milhões de pessoas passaram pela *Capilla Ardiente*, demonstra que provavelmente o chavismo se perpetuará pelos próximos anos.

Nesse sentido, acreditamos que o fenômeno se perpetuará, tal como foi com o varguismo no Brasil ou o peronismo na Argentina. A liderança de Chávez era fundamental e é muito pouco provável que Nicolas Maduro, Diosdado Cabello ou outra liderança do PSUV se aproxime do papel por ele cumprido nos últimos anos.

As transformações sociais ocorridas desde 1999 propiciaram a consolidação do bolivarianismo revolucionário. Antes de partir para a última viagem do tratamento contra o câncer em Cuba no início de dezembro, Chávez indicou Nicolas Maduro como o seu sucessor. A nomeação do seu herdeiro político almejou iniciar uma transferência de votos, mas também unir o PSUV, evitando disputas pela sucessão entre Maduro e, principalmente, Cabello.

Além da designação *del Comandante*, há outros três elementos importantes para avaliarmos a unidade dos chavistas em torno de Maduro: o apoio das Forças Armadas, a preferência dos aliados latino-americanos, sobretudo os cubanos, em virtude do seu papel de Chanceler entre 2006-2012, e a pouca rejeição entre os militantes do PSUV.

Maduro é um chavista histórico, um dos homens de confiança de Chávez e possui credibilidade internacional. Ele começou sua militância política na Liga Socialista, quando era estudante secundarista. Durante a década de 1990 foi motorista de ônibus das unidades terrestres da empresa “Metrobus”, que complementava o serviço do metrô da capital venezuelana. Na 2ª metade da década de 1990 ingressou no MBR-200, foi deputado constituinte em 1999, deputado do parlamento unicameral e entre 2006-2012 foi ministro de Relações Exteriores, cargo que ocupou até outubro de 2012, quando foi designado vice-presidente.

Maduro foi empossado presidente em oito de março de 2013, mesmo dia do funeral para os chefes de Estado, e as eleições foram convocadas para o próximo 14 de abril. Historicamente, o chavismo teve uma média de 54%-56% dos votos. O apoio ao chavismo e o clamor popular



Recebido: 06/03/2013
Aprovado: 07/03/2013
Publicado: 10/03/2013

em torno do velório de Chávez indicam que, provavelmente, Maduro vencerá as eleições e poderá superar a média de votos do PSUV nos últimos anos.

No entanto, Maduro não é Chávez. Ele é menos radical. Representa o que denominamos um chavismo de centro. Assim, provavelmente, não assistiremos mais os discursos efusivos contra os Estados Unidos ou as longas falas em defesa do socialismo do século XXI. Presenciaremos um tom mais moderado nas relações com a oposição *esquálida* e uma diminuição do discurso anti-imperialista, direcionado aos Estados Unidos e Europa.

Nesse momento, há uma unidade do PSUV em torno de Maduro. Possíveis divisões na busca pelo poder entre as principais lideranças do partido não apareceram. Isso, inegavelmente, possibilitará a continuidade do fenômeno chavista em médio prazo. O embalsamento de Chávez e a construção do mausoléu em sua memória representam não só a continuação do culto a sua personalidade, traço fundamental do chavismo, mas a própria possibilidade da imagem para sempre presente do *Comandante* evitar divisões futuras na burocracia pesuvista. Como foi dito pelo governo e pelas bases sociais do seu partido, Chávez não morreu, apenas “desapareceu fisicamente”. A idolatria e o respeito a sua imagem são condições fundamentais para que não tenhamos o início da fragmentação do PSUV.

Notas

^I Professor dos cursos de História e Relações Internacionais do Centro Universitário LA SALLE - UNILASALLE/RJ. Pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente/UFRJ e doutorando em História pela mesma instituição. E-mail: rafa.ara@gmail.com

^{II} FUKUYAMA, Francis, *O fim da História e o último homem*. Rocco, São Paulo, 1992.

^{III} COLMENAREZ, Elio. **La insurrección de febrero**. Caracas, Ediciones La Chispa, 1989.

^{IV} BRICEÑO, Gustavo Tarre. **El 4F - El espejo roto**. Caracas, Ediciones Dulia, 2007.

^V O discurso de Chávez em 4 de fevereiro de 1992 está disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=VBuO-pYeVfQ> Acesso: Set/2010.

^{VI} GONZÁLEZ, Franklin. **40 años de democracia económica, social y política en Venezuela (1959-1999)**. Caracas, Litho Express, C. A., 2008.

^{VII} *Panorama Social Del América Latina*. IN: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/27480/PSE_2006.pdf acessado em 30/10/2007. p. 303

^{VIII} Para saber detalhes sobre as misiones sociales acesse: <http://www.gobiernoenlinea.ve/miscelaneas/misiones.html>

^{IX} Mais detalhes sobre os conselhos comunitários em: <http://www.mpcomunas.gob.ve/>

^X Ver: As taxas de desemprego da Venezuela referentes aos anos de 2010 a 2012 foram retirados dos sites dos institutos de estatísticas de cada país. As informações contidas nessa tabela foram consultadas nos seguintes sítios eletrônicos:

Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.ine.gob.bo/indice/EstadisticaSocial.aspx?codigo=30601> Acesso: Março/2012



Recebido: 06/03/2013
Aprovado: 07/03/2013
Publicado: 10/03/2013

Estatísticas sociais 2005 - Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2005. CEPAL. Disponível em: http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/26530/LCG2311B_1.pdf Acesso: Março/2012

Estatísticas sociais 2010. Disponível em: http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/42166/LCG2483b_1.pdf Acesso: Março/2012

Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2012). Disponível em: http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/48594/P48594.xml&xsl=/publicaciones/ficha.xml&base=/publicaciones/top_publicaciones.xsl# Acesso: Jan/2013.

Índice Desarrollo Humano. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/documentos/Social/IndicedeDesarrolloHumano/html/EvolIDHVzla.html> Acesso: Mar/2013

^{XI} MAYA, Margarita López. **Del viernes negro al referendo revocatorio.** Caracas, Alfadil Ediciones, 2006, p. 258.

^{XII} ARAUJO, Rafael. **A história do Tempo Presente venezuelana de 1950 ao século XXI.** Olinda: Livro Rápido, 2009.

^{XIII} Sobre as Leis de Pesca, Terra e Hidrocarbonetos, ver: LANDER, Edgardo e NAVARRETE, Pablo. La política económica de la Izquierda latino-americana en el Gobierno: el caso de la República Bolivariana de Venezuela (1999-2006). IN: AYALA, Mario e QUINTERO, Pablo (Orgs). Diez años de revolución en Venezuela – historia, balance y perspectivas (1999-2009). Buenos Aires, Editorial Maiupe, 2009. 1ª Edição. P. 60-65. Os originais dessas leis podem ser acessadas em: <http://www.pgr.gov.ve/dmdocuments/2001/37323.pdf> Acesso: Fev/2011.

^{XIV} GOLINGER, Eva. **El Código Chávez.** Editorial de Ciencias Sociales, Havana, 2005.

^{XV} BRICEÑO, Gustavo Tarre. **El 4F - El espejo roto.** Caracas, Ediciones Dulia, 2007.

^{XVI} MAYA, Margarita López. **Del viernes negro al referendo revocatorio.** Caracas, Alfadil Ediciones, 2006.

^{XVII} MAYA, Margarita López. **Del viernes negro al referendo revocatorio.** Caracas, Alfadil Ediciones, 2006.

^{XVIII} MAYA, Margarita López. **Del viernes negro al referendo revocatorio.** Caracas, Alfadil Ediciones, 2006.

^{XIX} Disponível em: http://www.cne.gov.ve/referendum_presidencial2004/ acessado em 22/01/2008.

^{XX} TOUSSAINT, ERIC. **Transformar el fracaso del 2 de diciembre de 2007 en una potente palanca para impulsar el proceso en curso en la Venezuela de Hugo Chávez.** IN: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=60613> Acesso Dez/2007.

^{XXI} *Anteproyecto para la 1era. Reforma Constitucional - Propuesta del Presidente Hugo Chávez.* Agosto 2007. Disponível em: <http://www.nodo50.org/plataformabolivariana/Externos/AP-RefConst.pdf> Acesso: Jan/2008.

^{XXII} MARREGOT, Miguel González. **Revisión, rectificación y reimpulso.** Disponível em: <http://www.analitica.com/va/politica/opinion/5333053.asp> Acesso: Jan/2008.

^{XXIII} *Chávez lanza campaña por las regionales y frena la revolución.* Disponível em: http://www.eluniversal.com/2008/01/07/pol_art_chavez-lanza-campana_661557.shtml Acesso: Jan/2008.

^{XXIV} *Las misiones bolivarianas.* Caracas, Ministério de Comunicación y información. 2006, 1º Edição. P. 1.

^{XXV} Ibid. Op. Cit. P. 13-14.

^{XXVI} *Misiones.* Disponível em: <http://www.gobiernoenlinea.gob.ve/home/misiones.dot> Acesso: Dez/2012.



Recebido: 06/03/2013

Aprovado: 07/03/2013

Publicado: 10/03/2013

^{xxvii} Ibid. Op. Cit. P. 15.

^{xxviii} *Fondespa*. Disponível em: http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenu princ.tpl.html&newsid_temas=39 Acesso: Dez/2011 e *El petróleo al servicio del Pueblo*. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/2012/09/el-petroleo-al-servicio-del-pueblo/> Acesso: Out/2012.

^{xxix} Para maiores detalhes sobre o atendimento das Metas do Milênio pela Venezuela, consultar: Metas do Milênio. Disponível em: http://www.venezueladeverdad.gob.ve/?page_id=27966 Acesso: Out/2011 e *Cumpliendo las Metas del Milênio*. Disponível em: http://www.pnud.org.ve/INFORME O B J E T I V O S _ M I L E N I O _ 2 0 1 0 _ I N E . p d f Acesso: Out/2012.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Rafael. **A história do Tempo Presente venezuelana de 1950 ao século XXI**. Olinda: Livro Rápido, 2009.

BRICEÑO, Gustavo Tarre. **El 4F - El espejo roto**. Caracas, Ediciones Dulia, 2007.

COLMENAREZ, Elio. **La insurrección de febrero**. Caracas, Ediciones La Chispa, 1989.

GOLINGER, Eva. **El Código Chávez**. Editorial de Ciencias Sociales, Havana, 2005.

GONZÁLEZ, Franklin. **40 años de democracia econômica, social y política en Venezuela (1959-1999)**. Caracas, Litho Express, C. A., 2008.

LANDER, Edgardo e NAVARRETE, Pablo. La política econômica de la Izquierda latino-americana en el Gobierno: el caso de la República Bolivariana de Venezuela (1999-2006). IN: AYALA, Mario e QUINTERO, Pablo (Orgs). **Diez años de revolución en Venezuela – historia, balance y perspectivas (1999-2009)**. Buenos Aires, Editorial Maiupe, 2009. 1ª Edição. VILLAFANA, Luis. *Revolución en la revolución*. Caracas, Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Rio de Janeiro, Editora Elfos, 1989. Tradução Telma Costa.

MARREGOT, Miguel González. **Revisión, rectificación y reimpulso**. Disponível em: <http://www.analitica.com/va/politica/opinion/5333053.asp> Acesso: Jan/2008.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

MAYA, Margarita López. **Del viernes negro al referendo revocatorio**. Caracas, Alfadil Ediciones, 2006.

RABY, Diana. **Democracia e revolução: América Latina y el socialismo hoy**. Caracas, Monte Ávila Editores Latino-americana, 2006.



Recebido: 06/03/2013

Aprovado: 07/03/2013

Publicado: 10/03/2013

TOUSSAINT, ERIC. **Transformar el fracaso del 2 de diciembre de 2007 en una potente palanca para impulsar el proceso en curso en la Venezuela de Hugo Chávez.** IN: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=60613> Acesso Dez/2007.